



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
<http://www.cecs.uminho.pt>

**Naturalização da diferença:
Representações sobre raça e grupo étnico ***

Rosa Cabecinhas

Professora Auxiliar

cabecinhas@ics.uminho.pt

Lígia Amâncio

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da
Empresa
(ISCTE)

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

*CABECINHAS, R. & AMÂNCIO, L. (2003) *A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico*. Comunicação apresentada à III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 2003.

Resumo

Neste estudo investigámos as noções de ‘raça’ e de ‘grupo étnico’ entre os jovens portugueses, averiguámos quais os ‘grupos étnicos’ mais significativos na sociedade portuguesa, e verificámos em que medida os jovens portugueses se consideram eles próprios membros de um ‘grupo étnico’.

Os resultados demonstraram que, apesar das campanhas anti-racismo nos meios de comunicação social, a maior parte dos estudantes nunca tinha problematizado as noções de ‘raça’ e de ‘grupo étnico’, considerando-as como conceitos objectivos explicativos das assimetrias sociais. Os ‘grupos étnicos’ são vistos como possuindo características intrínsecas, imutáveis e muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante, sendo as características culturais consideradas como inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade.

Globalmente, as respostas remetem claramente para uma ‘naturalização’ das categorias *raciais* e *étnicas*. No entanto, verifica-se uma certa assimetria nos significados destes dois termos: em alguns casos o ‘grupo étnico’ é visto como algo ‘transitório’ que resulta das trajetórias de migração dos grupos, enquanto que o termo ‘raça’ remete sempre para algo imutável.

No seu conjunto, os resultados deste estudo indicam que a categorização *racial* é extremamente saliente e acessível cognitivamente. A acessibilidade das categorias raciais e o seu valor explicativo da realidade social demonstra que, apesar das tipologias raciais terem sido abolidas da ciência há largas décadas (UNESCO, 1960/1973), continuam a estruturar o pensamento do senso comum.

THE NATURALIZATION OF DIFFERENCE: REPRESENTATIONS ABOUT RACE AND ETHNIC GROUP

Abstract

On this study we analyzed the notions about ‘race’ and about ‘ethnic group’ among young Portuguese, we examined which are the most significant ‘ethnic groups’ in Portuguese society and we check if the young Portuguese consider themselves as members of an ‘ethnic group’.

Results showed that, in spite of the anti-racism campaigns on the media, the majority of the students had never put in question the notions of ‘race’ and of ‘ethnic group’, considering them as objective concepts that explain social asymmetries. ‘Ethnic groups’ are seen as having inherent characteristics, immutable and very marked, that distinguish ethnic groups members from the members of dominant culture or majority group. The cultural characteristics are considered to be inseparable of the physical characteristics linked with heredity.

Globally, participant answers show clearly the ‘naturalization’ of the *racial* and *ethnic* categories. However, there is an asymmetry on the meaning of these two terms: in some cases the ‘ethnic group’ is seen as a ‘transitory’ group linked to the courses of migrations whereas the term ‘race’ refers always to an immutable difference.

On the all, results show that *racial* categorization is very salient and accessible cognitively. The accessibility of the racial categories and their explanatory value demonstrate that, in spite of the racial typologies had been abolished from sciences some decades ago (UNESCO, 1960/1973), they continue to structure common sense thinking.

Introdução

A noção de ‘raça’ estabelece uma ligação directa entre as características físicas visíveis (fenótipo) e as características profundas (genótipo), sendo estas consideradas explicativas das diferentes aptidões e capacidades dos indivíduos. As classificações raciais invocam “a natureza como registo fixo, dado e inelutável”, daí decorrendo o seu peso e dureza (Cunha, 2000: 123). As várias teorias da raciologia clássica tinham em comum uma perspectiva sobre as ‘raças’ hierarquizadora e desigualitária. A popularidade que tais teorias alcançaram no século XIX nos Estados Unidos e na Europa não foi alheia à justificação que proporcionavam à escravatura (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1992/1995).

A noção de ‘raça’ apoiou-se na antropologia física clássica, que utilizava critérios morfológicos como a cor da pele, a forma craniana, a textura do cabelo, entre outros. As classificações que deles resultavam eram contraditórias e muito variáveis, de acordo com o critério escolhido ou com a importância atribuída a cada um deles, mas essa variabilidade de resultados e ausência de rigor foi muitas vezes escamoteada. Embora o número de ‘raças’ identificadas variasse bastante em função das diferentes classificações raciais (para revisões ver Silva, Reis, Silva, e Meneses, 1997; Bracinha-Vieira, 1995), a divisão mais frequentemente invocada identificava três ‘raças’ principais: brancos (*caucasóide*), amarelos (*mongolóide*), e negros (*negróide*).

Enquanto os antropólogos mediam os crânios, médicos e psicólogos desenvolveram outros métodos supostamente mais rigorosos e que viriam a constituir uma das formas ‘inequívocas’ de demonstrar a alegada superioridade dos brancos: os testes de aptidões físicas e intelectuais, especialmente os testes relativos ao Quociente de Inteligência (QI). Este é um dos domínios onde o carácter ‘eurocêntrico’ e ‘androcêntrico’ da ciência moderna é mais visível (Cf. Amâncio, 1998; Gould, 1981/1990; Sousa Santos, 1991).

Num livro sobre história natural, o paleontólogo Gould (1981) faz referência aos preconceitos que marcaram a história dos testes de QI e às manipulações a que estes se prestaram no início do século com o fim de recusar, em nome da ciência, a entrada a imigrantes considerados indesejáveis.

Quaisquer que fossem os critérios utilizados pelos cientistas (volume craniano, tempos de reacção, testes de inteligência), os ‘brancos’ eram sempre posicionados no topo da escala e os ‘negros’ em baixo, ocupando os ‘amarelos’ a posição intermédia, mas muito mais próximos dos últimos do que dos primeiros (para revisões alargadas ver Montagu, 1997; Richards, 1997).

Mas se a ‘grande clivagem’ se verificava entre os ‘brancos’ e os ‘outros’ (africanos, asiáticos, indígenas americanos), que eram frequentemente homogeneizados na categoria de ‘selvagens’, no seio da raça branca reconhecia-se a heterogeneidade. Assim, alguns autores identificaram a existência de algumas nacionalidades de elite, a que não era alheia a própria nacionalidade do cientista.

Por exemplo, Goddard (referido por Gould, 1981/1990), um dos arquitectos principais da interpretação hereditária rígida dos testes de QI, sugeriu uma classificação das capacidades mentais de modo a abarcar uma ‘classificação natural das raças e nacionalidades humanas’. Nesta classificação os *White Anglo-Saxonic Protestants* (WASP) americanos situavam-se no topo, correspondendo ao desenvolvimento completo, e os emigrantes europeus do Sul e Leste no escalão mais baixo, no limiar entre a normalidade e a debilidade mental. Goddard, depois de instituir os testes de QI para os emigrantes à sua chegada aos EUA, proclamou mais de 80% débeis mentais e apressou-lhes o regresso à Europa.

No início do século XX, meio século após Darwin ter publicado o seu livro sobre a origem das espécies, muitos cientistas continuavam a não admitir uma origem comum para o *Homo Sapiens* (Banton, 1996: 295). O termo ‘raça’ foi sendo utilizado no sentido ‘espécie’, para designar grupos humanos distintos na sua constituição física e nas suas capacidades mentais e, de certa forma esta ideia subsistiu até hoje, passando a constituir o núcleo duro das doutrinas designadas de ‘racismo científico’.

A obra de Gobineau sobre a desigualdade das raças humanas, publicada em meados do século XIX, constitui um dos marcos fundamentais do ‘racismo científico’, tendo exercido uma enorme influência no desenvolvimento posterior da ideologia nazi (Miles, 1989/1995). Outra das referências marcantes do ‘racismo científico’ foi Galton, fundador de um laboratório de eugenia em Londres com vista ao aperfeiçoamento da espécie humana. Nas suas obras sobre o carácter hereditário da inteligência, Galton argumentou em defesa da eliminação progressiva dos ‘indesejáveis’ da sociedade, proibindo-lhes o casamento ou impondo a sua esterilização (*eugenia negativa*) e, simultaneamente, tentou proteger, aperfeiçoar, e multiplicar os indivíduos ‘mais aptos’ de melhor saúde física e moral (*eugenia positiva*).

No final do século XIX, as doutrinas raciais estavam extremamente divulgadas na Europa e nos EUA. Como mostra a teoria das representações sociais (Moscovici, 1972), o determinismo biológico não só marcou profundamente a ciência moderna, como se propagou ao senso comum, tornando-se um verdadeiro fenómeno social. Isto é, o discurso ‘científico’ dos séculos XVIII e XIX estimulou e legitimou o discurso racista do senso comum.

A Segunda Guerra Mundial marca o ponto de viragem no posicionamento científico e político relativamente ao conceito de ‘raça’. Se até aí iminentes cientistas das mais variadas ciências ‘naturais’, sociais e humanas tinham ocupado as suas energias a demonstrar cientificamente a ‘raça’, a partir daí todas estas áreas científicas começaram a desnaturalizar a noção de ‘raça’, isto é, a demonstrar o carácter falacioso dos estudos do ‘racismo científico’. No livro de referência *Le Racisme Devant la Science* (UNESCO, 1960/1973) procede-se a uma desmontagem detalhada do carácter falacioso das ‘provas’ da superioridade branca nos vários domínios científicos.

As mais recentes investigação ligadas à descodificação e à sequenciação do Genoma Humano² vieram dar razão aos vários relatórios elaborados no âmbito da UNESCO, pois não foi possível identificar nenhum gene ou conjunto de genes ligados às supostas ‘raças’ humanas, pelo que a ‘raça’ enquanto conceito aplicado para classificar os seres humanos está desacreditado, à luz do conhecimento científico actual.

Considerando as doutrinas racistas totalmente destituídas de base científica, a UNESCO (1960/1973: 379) recomendou o abandono da palavra ‘raça’ no meio científico e o uso de designações menos discriminatórias. Desde então, o termo ‘grupo étnico’ tem sido empregue para referir situações de grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante.

Mas, se a ciência contemporânea se esforça por desmascarar o ‘mito da raça’ (Montagu, 1997), o senso comum, bom aluno, reproduz hoje alguns dos elementos fundamentais das teorizações racialistas clássicas.

Na opinião de diversos autores, o pensamento do senso comum terá acompanhado a deslocação das ‘raças’ para ‘grupos étnicos’, sendo as ‘práticas culturais’ destes grupos percebidas como rígidas e imutáveis, e até mesmo geneticamente herdadas (Tonkin, McDonald e Chapman, 1989). Assim, a cultura não é entendida como algo fluído e dinâmico, mas como algo análogo à ‘raça’ e os laços culturais passam a ser vistos como ‘laços de sangue’ (Lima, 2002).

Como salienta Guillaumin (1992/1995), apenas os grupos minoritários, isto é, destituídos de poder ou estatuto, são objecto deste processo de naturalização. Assim, o

² Com a análise do genoma humano a noção de raça foi completamente desacreditada: “De um ponto de vista genético, todos os seres humanos são africanos - que ou vivem em África ou estão no exílio. A nossa origem africana é verificada pelo facto da diversidade genética ser maior em África do que em qualquer outro ponto do mundo, o que leva a pensar em vagas de migração humana a partir daquele continente. [...] A noção de raça leva ainda outro golpe: podem verificar-se mais diferenças genéticas entre um louro nórdico e o seu também louro vizinho do que entre eles e um africano” (Svante Paäbo, do Instituto Max Planck de Antropologia da Evolução citado por Clara Barata, in *Público*, 10 de Outubro de 2001).

deslocamento da percepção das diferenças entre os grupos humanos do pólo das características físicas ou raciais para o pólo das características comportamentais e culturais permanece um processo de naturalização da diferença. Ele compreenderia um processo de racialização seguido de um processo de etnicização (Vala, Lopes, Brito, 1999), que se verificaria em relação aos grupos minoritários mas não em relação aos dominantes.

O termo ‘racialização’ começou a ser utilizado a partir da década de setenta para fazer referência a um processo político e ideológico pelo qual determinadas populações são identificadas mediante referência directa ou indirecta às suas características fenotípicas, isto é, este termo refere-se à utilização da ideia de ‘raça’ enquanto estruturador da percepção de determinada população (Miles, 1989/1995).

Assim, apesar de estar cientificamente desacreditado, o conceito de ‘raça’ que existe na mente dos indivíduos e não pode ser ignorado pelos cientistas sociais, isto é, a raça deixa de ser ‘biológica’ para se tornar ‘social’.

O facto da hierarquização racial ter sido banida do discurso público não exclui comportamentos e percepções racistas. Atentas às novas normas sociais, as pessoas têm o cuidado de velar os seus discursos discriminatórios. Como o argumento da desigualdade e da hierarquização racial é actualmente contra-normativo, enfatizam-se as diferenças culturais³.

Se, como já referimos, hoje em dia poucos ousam defender uma hierarquia racial, em contrapartida a ideia de ‘raça’, no sentido de uma população natural definida por caracteres hereditários comuns, persiste e continua a servir de suporte a ideologias racistas. Com efeito, os novos racismos são bem mais sofisticados e subtis, já não defendem a hierarquização racial de outrora, mas sim a distanciação. Isto é, não há ‘raças’ superiores ou inferiores, mas cada uma devia permanecer no seu ‘canto’, lógica que presidia ao regime do *apartheid*.

Assim, invoca-se a defesa da especificidade cultural dos grupos racializados, por um lado, e, por outro lado, clama-se o direito à identidade própria, que essas culturas ‘outras’ são supostas ameaçar. Desemboca-se, assim, na questão da imigração, um dos factores que

³ Por exemplo, já não se detestam os árabes pela sua cor morena, mas por serem “fanáticos religiosos” ou por “tratarem mal as mulheres” ou porque o Islão é uma “cultura rétrograda”. Estes têm sido alguns dos argumentos apresentados por certos líderes de extrema direita, tal como o holandês Pym Fortuyn, recentemente assassinado, mas que conseguiu, depois de morto, a maior votação de extrema direita na Holanda. O líder populista Pim Fortuyn reclamava não ser como os outros líderes de extrema direita racistas: “De uma vez por todas, quero que fique claro que não tenho nada a ver com os senhores Le Pen, Haider e Dewinter”. No entanto, defendia a supressão na constituição holandesa do artigo que proíbe as discriminações. O argumento de que “a Holanda está cheia” resume a sua política anti-imigração, salientando também os malefícios dos “excessos do clima de tolerância” (Pim Fortuyn citado por Simon Kuin, *Expresso*, 27 de Abril de 2002).

supostamente produziriam o indesejado efeito de contaminação. Desta forma, o elogio “da diferença pode caucionar e camuflar uma vontade de exclusão” (Cunha, 2000: 196).

A ideia de ‘raça’ continua a estruturar a percepção que se tem dos outros e a operar o discurso de exclusão, ainda que mais ou menos camuflada pela referência à identidade cultural, remetendo-a constantemente para o terreno da natureza. Deste modo, apesar da palavra ‘raça’ ter sido banida do discurso científico e político é legítimo continuar a falar de ‘racismo’ (Cunha, 2000; Segall, 1999; Taguieff, 1997).

Depois de ‘desnaturalizada’ a ‘raça’, os cientistas sociais, constatando que esta não tinha desaparecido do conhecimento do ‘senso comum’, preocuparam-se em estudar a forma como este ‘naturaliza’ as categorias sociais. Não deixa de ser irónico que muitos cientistas venham agora acusar o senso comum de ignorância, ingenuidade ou irracionalidade quando este recorta a realidade através das categorias humanas que a própria ciência tinha forjado e lhes associa os conteúdos que a elas tinham sido tão convenientemente associados.

Por exemplo, Taguieff (1992/1995) salientou que apesar dos geneticistas terem provado a inexistência de ‘raças’, a noção de ‘raça’ continuou a ser aceite pelo senso comum, dado que a clássica tipologia branco/amarelo/negro é facilmente apreendida e o senso comum confia na evidência dos seus sentidos, e apoia-se em caracteres visíveis (fenótipo) ignorando os invisíveis (genótipo).

Como salienta Cunha (2000: 199) os mesmos cientistas que fazem as imputações de ingenuidade ao senso comum, consideram que os caracteres visíveis (cor da pele, textura do cabelo) se prestam quase ‘automaticamente’, isto é, ‘naturalmente’, à racialização. Constatase, assim, que o ‘binómio natureza-cultura’, continua a estar presente nas ciências sociais, mas agora organizado de forma diferente.

No seio da Psicologia Social, Gordon Allport foi o primeiro autor a desmontar claramente o conceito de ‘raça’ e a ilustrar o processo de racialização: a inclusão dos indivíduos em categorias ‘raciais’, às quais corresponde um determinado ‘rótulo’, e às quais são atribuídos significados. A categorização dos grupos sociais minoritários seria acompanhada por uma essencialização: “One thinks of heredity as inexorable, as conferring an essence upon a group from which there is no escape” (1954/1975: 170).

A perspectiva de Allport sobre o processo de racialização foi ignorada pelos psicólogos sociais durante décadas e só recentemente veio a ser retomada e desenvolvida por diversos autores, entre os quais se destacam Rothbart e Taylor (1992). Estes autores consideram que o senso comum distingue entre categorias naturais (peixes, pássaros, etc.) e categorias artificiais (cadeiras, bicicletas, etc.). Os autores argumentam que as pessoas tenderiam a ver as primeiras

como ‘menos arbitrárias’ (1992: 11) do que as segundas, que acreditariam que as categorias ‘naturais’ possuem uma essência profunda que torna uma categoria diferente de outra. O senso comum atribuiria um maior potencial indutivo às primeiras do que às segundas, uma vez que a sua experiência no dia-a-dia lhe mostraria que comete menos erros quando faz inferências sobre objectos ‘naturais’ do que em relação a objectos artificiais. Esta diferença conduziria o senso comum a supor que os primeiros são dotados de essências que justificariam a forma como são categorizados, e que essas essências se manifestariam, geralmente, em diferenças perceptíveis.

Assim, o processo de essencialização operar-se-ia através da inferência de uma estrutura profunda (genótipo) a partir de diferenças de superfície (fenótipos). Uma vez essencializadas, as categorias ‘naturais’ não só disporiam de um elevado potencial indutivo, como seriam vistas como inalteráveis e exclusivas.

Segundo Rothbart e Taylor as categorias ‘naturais’ funcionam como um modelo para pensar as categorias sociais, nomeadamente as categorias raciais, na medida em que ambas são pensadas como produtos da natureza e não como resultado de uma construção humana. A essencialização das categorias sociais reflecte-se na percepção de inalterabilidade das categorias: da mesma forma que não seria possível transformar um peixe numa ave, também não seria mudar de ‘raça’, ‘grupo étnico’ ou ‘casta’ (1992: 20).

Uma outra propriedade das categorias essencializadas é a exclusividade. Os seres classificados em categorias naturais apenas podem fazer parte de uma categoria, aquela que reflecte a sua essência. Seria esta propriedade, a exclusividade, que estaria subjacente ao efeito de acentuação, que consiste em exagerar as semelhanças entre os membros da mesma categoria social e em acentuar as diferenças entre membros de diferentes categorias (Tajfel e Wilkes, 1963).

Finalmente, as categorias sociais essencializadas revestir-se-iam de um elevado potencial indutivo. Em resumo, determinadas categorias sociais seriam regidas por um princípio de essencialismo psicológico (Corneille e Leyens, 1994).

Como referem Vala, Lopes e Brito (1999), na proposta de Rothbart e Taylor a analogia entre as categorias naturais e sociais levou os autores a esquecer alguns aspectos essenciais, nomeadamente o valor das categorias para os próprios observadores (Tajfel, 1957, 1972) e as assimetrias envolvidas neste processo (Lorenzi-Cioldi, 1988).

Em primeiro lugar, os autores parecem conferir às diferenças físicas um estatuto de evidência perceptiva, esquecendo que a sua saliência já é o resultado de teorias e convenções sociais, como já atrás referimos. De facto, alguns estudos têm demonstrado que os indivíduos

mais preconceituosos são os que se revelam mais ‘aptos’ a identificar sinais físicos como indicadores de diferenças ‘raciais’, ainda que cometendo muitos erros por sobre-exclusão do endogrupo (e.g., Pettigrew, Allport e Barnet, 1958; Tajfel, 1972). É precisamente porque as diferenças físicas nem sempre são pertinentes para as classificações raciais que, ao longo da história, grupos discriminados foram obrigados a usar sinais distintivos, como sucedeu, por exemplo, com os judeus durante a idade média e, novamente, no período do nazismo.

Partindo desta problemática teórica, o estudo empírico que aqui apresentamos teve os seguintes objectivos: investigar a noção de ‘grupo étnico’ dos jovens portugueses e em que medida esta difere ou não da noção de ‘raça’; averiguar quais são os ‘grupos étnicos’ mais significativos para os jovens portugueses; e verificar em que medida eles se consideram a si próprios membros de um ‘grupo étnico’.

Como já referimos, a partir da Segunda Guerra Mundial o conceito de ‘raça’, baseado em diferenças genóticas, foi progressivamente sendo substituído pelo conceito de ‘grupo étnico’, assente em diferenças culturais e comportamentais. A difusão de conhecimentos científicos e o apoio institucional à não racialização dos grupos humanos tem vindo a traduzir-se na construção de novas representações sociais (Moscovici, 1984) sobre as diferenças entre povos, caracterizadas por uma maior rejeição do discurso racista tradicional, que opera a diferenciação a partir de características ‘naturais’, e pela adopção de um discurso que opera novas diferenciações a partir dos conceitos de cultura e etnia.

Este estudo foi realizado junto de estudantes universitários portugueses em Outubro de 1997 - *Ano Europeu Contra o Racismo* -, ano em que o apoio político-institucional à não racialização dos grupos humanos foi particularmente divulgado nos meios de comunicação social. Assim, por um lado, esperávamos encontrar reacções de surpresa ou mesmo de contestação da parte dos estudantes face às nossas questões sobre as ‘raças’ em Portugal. Por outro, esperávamos que as características atribuídas às ‘raças’ e aos ‘grupos étnicos’ – apontassem para uma essencialização das minorias, isto é, para uma conceptualização destas categorias como distintas, inalteráveis e com grande potencial indutivo (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1982).

Método

Participantes

Participaram neste estudo 56 estudantes de ambos os sexos (31 raparigas e 25 rapazes), com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos (a idade média é de 19 anos e não difere

significativamente entre rapazes e raparigas; $\chi^2=8.82$, $p<0.267$), todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes de sexo masculino e feminino pelas duas condições de resposta.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes por condição

| Condição | Sexo dos participantes | | |
|---------------------|------------------------|----------|-------|
| | Masculino | Feminino | Total |
| <i>Grupo étnico</i> | 13 | 15 | 28 |
| <i>Raça</i> | 12 | 16 | 28 |
| Total | 25 | 31 | 56 |

Procedimento de recolha de dados

Este estudo foi realizado em duas turmas do primeiro ano do ensino superior, cada uma delas correspondendo a uma condição de recolha de dados: na condição 1 todas as questões eram relativas a ‘grupos étnicos’ enquanto que na condição 2 as mesmas questões eram referentes a ‘raças’. A investigadora apelou à participação dos estudantes num estudo sobre ‘grupos étnicos’/‘raças’ em Portugal. Os estudantes que não quisessem participar no estudo eram convidados a abandonar a sala de aula.

A investigadora começava por distribuir uma folha de papel em branco (tamanho A4) a cada um dos participantes. Depois de se assegurar que todos os participantes estavam em condições para começar, a investigadora fornecia as instruções e efectuava três questões sequencialmente (só depois de todos terem respondido à primeira questão é que era colocada a segunda questão, e assim sucessivamente). As questões eram as seguintes: 1) “O que é um *grupo étnico/raça*?”; 2) “Quais os *grupos étnicos/raças* existentes em Portugal?”; 3) “Pertence a algum dos *grupos étnicos/raças* por si referidos na questão anterior?”. No final, a investigadora pedia aos participantes para colocarem no verso da folha os elementos de caracterização (sexo, idade, nacionalidade e naturalidade), recolhia as folhas de resposta, esclarecia os objectivos do estudo e respondia às eventuais questões.

Procedimento de análise de dados

Crenças sobre grupo étnico e raça. As respostas dos participantes à primeira questão foram analisadas a partir dos grandes eixos organizadores da ideia de ‘raça’ e ‘grupo étnico’ (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1992). Foi efectuada uma contabilização dos conteúdos fornecidos pelos participantes em função da condição de resposta.

Grupos etnicizados e grupos racializados em Portugal. Relativamente à segunda questão procedeu-se à contabilização dos grupos mencionados pelos participantes e efectuou-se posteriormente um agrupamento dos grupos em função dos critérios subjacentes às designações fornecidas.

Auto-categorização. No que respeita à terceira questão foram contabilizadas as auto-categorizações dos participantes e efectuado um teste de Qui-quadrado para averiguar se estas variavam significativamente em função da condição de resposta.

Resultados

Crenças sobre grupo étnico e raça

A Tabela 2 apresenta os itens mais referidos pelos participantes nas suas definições de *grupo étnico* e de *raça*, utilizando as próprias palavras fornecidas pelos participantes. Para cada condição são apresentadas as designações referidas pelos participantes por ordem decrescente de frequência. Foram retidas as designações com frequência igual ou superior a dois (7.1%).

Relativamente ao *grupo étnico* os três conteúdos mais frequentes dizem respeito à ‘cultura’ (46.4%), aos ‘costumes’ (25.0%) e à ‘religião’ (21.4%). Outras características ligadas à socialização e à cultura são mencionadas frequentemente: os ‘valores’ (17.9%), as ‘crenças’ (10.7%), os ‘hábitos’ (10.7%), as ‘características sociais’ (7.1%), a ‘identidade’ (7.1%), e os ‘rituais’ (7.1%). As ‘características físicas’ aparecem em quarto lugar (17.9%) e a ‘cor da pele’ em décimo primeiro (7.1%).

Ainda em lugar de destaque aparecem conteúdos ligados às relações de conflito ou submissão face à cultura dominante: ‘diferentes da maioria’ (17.9%) e ‘diferentes dos outros grupos’ (7.1%). Também expressivo é o facto de o *grupo étnico* ser visto como migrante, isto é, deslocado do seu local, região, ou país de origem: ‘vivem num país que não é seu’ (17.9%), ‘oriundos dum local ou região diferente’ (7.1%), ‘oriundos dum meio diferente’ (7.1%).

Quanto à *raça*, o conteúdo mais frequentemente referido foi a ‘cor da pele’ (42.9%), seguido da ‘cultura’ (25.0%) e das ‘características físicas’ (21.4%). As ‘características genéticas’ e a ‘constituição física’ surgem em décimo lugar (7.1%), sendo apresentadas exclusivamente para definir a ‘raça’.

Diversos aspectos ligados à socialização e à cultura são mencionados frequentemente: os ‘hábitos’ (17.9%), os ‘costumes’ (14.3%), as ‘crenças’ (10.7%), as ‘tradições’ (10.7%), a ‘história’ (10.7%), as ‘ideologias’ (7.1%), a ‘maneira de agir’ (7.1%), e a ‘maneira de pensar’

(7.1%), e as ‘vivências’ (7.1%). Curiosamente, estes conteúdos surgem predominantemente associados à raça.

Tabela 2 - Frequências relativas dos conteúdos associados a grupo étnico e raça

| Grupo étnico (N=28) | % | Raça (N=28) | % |
|-----------------------------------|------|------------------------------------|------|
| Cultura | 46.4 | Cor (da pele, olhos, cabelo) | 42.9 |
| Costumes | 25.0 | Cultura | 25.0 |
| Religião | 21.4 | Características físicas | 21.4 |
| Características físicas | 17.9 | Hábitos | 17.9 |
| Valores | 17.9 | Costumes | 14.3 |
| Vivem num país que não é seu | 17.9 | Crenças | 10.7 |
| Diferentes da maioria | 17.9 | História | 10.7 |
| Crenças | 10.7 | Religião | 10.7 |
| Hábitos | 10.7 | Tradições | 10.7 |
| Características sociais | 7.1 | Características genéticas | 7.1 |
| Cor (da pele, olhos, cabelo) | 7.1 | Características iguais | 7.1 |
| Diferentes dos outros grupos | 7.1 | Constituição física (altura, etc.) | 7.1 |
| Identidade | 7.1 | Ideologias | 7.1 |
| Oriundos dum local/região | 7.1 | Maneira de agir | 7.1 |
| Oriundos dum meio diferente | 7.1 | Maneira de pensar | 7.1 |
| Rituais | 7.1 | Oriundos dum local/região | 7.1 |
| Unidos na defesa dos seus valores | 7.1 | Vivências | 7.1 |

A comparação das frequências relativas dos itens mais associados ao ‘grupo étnico’ e à ‘raça’ torna clara a equivalência destas noções para os participantes. Constata-se uma forte associação entre as características *biológicas* e as características *culturais*, sendo que a preponderância relativa destas características varia em função da condição.

De modo a facilitar a comparação dos conteúdos associados ao ‘grupo étnico’ e à ‘raça’, efectuámos um agrupamento das respostas em quatro categorias básicas: características *biológicas*, nas quais incluímos as características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, forma do nariz, etc.) e as características genotípicas (ligadas à hereditariedade); características *culturais* (valores, religião, hábitos, etc.); características *geográficas* (referências ao deslocamento de local, região, país, etc.); e por último, características ligadas à *relação* com os outros grupos (‘alvo de discriminação’, ‘diferentes da maioria’, etc.).

Procurámos nas repostas dos participantes referências à estabilidade *versus* plasticidade das características associadas a ‘grupo étnico’ e a ‘raça’, mas não encontramos nenhuma referência explícita a esta problemática. A análise do conteúdo das respostas dos participantes aponta para uma essencialização das categorias sociais, que são vistas como mutuamente exclusivas e inalteráveis (Rothbart e Taylor, 1992).

Tabela 3 - Frequências relativas das categorias de conteúdos associadas a grupo étnico e raça

| Grupo étnico (N=28) | % | Raça (N=28) | % |
|------------------------------|------|------------------------------|------|
| Características culturais | 89.3 | Características biológicas | 71.4 |
| Relação com os outros grupos | 42.6 | Características culturais | 64.3 |
| Características geográficas | 32.1 | Características geográficas | 7.1 |
| Características biológicas | 28.6 | Relação com os outros grupos | 3.6 |

Como podemos verificar na Tabela 3, idênticos conteúdos são referidos para definir ‘grupo étnico’ e ‘raça’, embora no que respeita ao ‘grupo étnico’ predominem as características culturais (89.3 % dos participantes) relativamente às características biológicas (28.6 %), enquanto que à ‘raça’ estão associadas sobretudo características ‘naturais’ ligadas à hereditariedade (71.4 %) logo seguidas das características culturais (64.3 %). As relações de conflito ou submissão face à cultura dominante (42.6 %) e o facto de o ‘grupo étnico’ ser visto como migrante (32.1 %) são outros dos aspectos associados preferencialmente ao ‘grupo étnico’. A equivalência entre ‘grupo étnico’ e ‘raça’ é demonstrada em numerosas respostas dos participantes, das quais citamos dois exemplos:

Participante 1: “grupo étnico é um conjunto de pessoas que se agrupam por serem da mesma raça, logo têm a mesma cultura e religião”.

Participante 15: “um grupo étnico caracteriza-se por um aglomerado de pessoas que apresentam características semelhantes, quer ao nível do país de origem, quer ao nível das crenças religiosas, raça, ideais”.

Ao definir os conceitos de ‘grupo étnico’ / ‘raça’ os participantes forneceram, em alguns casos, ‘sinónimos’. A Tabela 4 apresenta esses sinónimos e as respectivas frequências relativas em função da condição. Para cada condição são apresentadas as designações referidas pelos participantes por ordem decrescente de frequência.

Tabela 4 - Frequências relativas dos sinónimos de grupo étnico e raça

| Grupo étnico (N=28) | % | Raça (N=28) | % |
|---------------------|------|-------------|------|
| Raça | 42.6 | Povo | 10.7 |
| Comunidade | 17.9 | Etnia | 7.1 |
| Minoria | 14.3 | Minoria | 3.6 |
| Total | 75.0 | Total | 17.9 |

Em primeiro lugar, é curioso constatar que a ‘raça’ é apresentada como sinónimo de ‘grupo étnico’ (42.6 %), mas a ‘etnia’ raramente é apresentada como sinónimo de ‘raça’ (7,1 %). Um dos aspectos que distingue a concepção de ‘grupo étnico’ da concepção de ‘raça’ é o facto do primeiro ser conceptualizado como uma ‘minoridade’ (14.2 %) enquanto que o segundo é conceptualizado preferencialmente como um ‘povo’ (10.7 %). O termo ‘comunidade’ é utilizado como sinónimo de ‘grupo étnico’ (17.9%), mas não como sinónimo de *raça*.

Assim, a noção de ‘grupo étnico’ remete para grupos humanos de estatuto minoritário enquanto que a ‘raça’ se aplica a um processo de fusão entre características biológicas e culturais. A análise de conteúdo das respostas dos participantes parece indicar uma distinção de significados: enquanto que o termo ‘grupo étnico’ serviria para diferenciar uma minoria emersa numa maioria, o termo ‘raça’ corresponderia a uma naturalização da distintividade dos grupos sociais.

Grupos etnicizados e grupos racializados em Portugal

A segunda questão colocada aos participantes consistia na simples listagem dos ‘grupos étnicos’/ ‘raças’ existentes em Portugal. A Tabela 5 apresenta os vários grupos referidos em ambas as condições e as respectivas frequências relativas de ocorrência. Para cada condição são apresentadas as designações referidas pelos participantes por ordem decrescente de frequência. Foram retidas as designações com frequência igual ou superior a dois.

Tabela 5 - Frequências relativas dos grupos étnicos e raças referidos pelos participantes

| Grupo étnico (N=28) | % | Raça (N=28) | % |
|---------------------|------|-------------|------|
| Ciganos | 92.9 | Ciganos | 64.3 |
| Africanos | 46.4 | Branco | 53.6 |
| Cabo-verdianos | 35.7 | Negros | 46.4 |
| Angolanos | 28.6 | Africanos | 25.0 |
| Indianos | 25.0 | Amarelos | 14.3 |
| Muçulmanos | 25.0 | Chineses | 10.7 |
| Judeus | 21.4 | Indianos | 10.7 |
| Moçambicanos | 21.4 | Latinos | 10.7 |
| Branco | 17.6 | Albinos | 7.1 |
| Macaenses | 17.6 | Índios | 7.1 |
| Timorenses | 17.6 | PALOP | 7.1 |
| Negros | 14.3 | Pretos | 7.1 |
| Árabes | 10.7 | Vermelhos | 7.1 |

| | |
|-------------|------|
| Chineses | 10.7 |
| Europeus | 10.7 |
| Brasileiros | 7.1 |
| Marroquinos | 7.1 |
| Portugueses | 7.1 |

Como podemos verificar, no total os ‘ciganos’ foram o grupo mais referido, tanto na condição ‘grupo étnico’ como na condição ‘raça’ (respectivamente 92.9 % e 64.3 %, totalizando 78.6 % no conjunto). Para além de este ser o grupo mais frequentemente referido, é também aquele que é referido em primeiro lugar pela maioria dos participantes (respectivamente 75% e 28.6%, totalizando 51.8%), o que remete para a elevada saliência deste grupo na sociedade portuguesa.

Seguiu-se o grupo dos ‘negros’ (respectivamente 14.3 % e 46.4 %, totalizando 37.5 %) e em terceiro lugar *ex aequo* o grupo dos ‘africanos’ (respectivamente 46.4 % e 25 %, totalizando 35.7 %) e o grupo dos ‘brancos’ (respectivamente 17.6 % e 53.6 %, totalizando 35.7 %). Globalmente, as referências aos ‘brancos’, aos ‘portugueses’ e aos vários grupos nacionais europeus assim como aos ‘europeus’ em geral, são menos frequentes do que as referências aos ‘negros’, aos vários nacionais africanos e aos ‘africanos’ em geral, especialmente na condição ‘grupo étnico’, o que se prende com o facto de o processo de etnicização se aplicar essencialmente a minorias que são percebidas como ocupando um lugar desfavorecido na sociedade.

Em termos globais, as denominações mais frequentes são ligadas à ‘nacionalidade’: ‘cabo-verdianos’ (17.9 %), ‘indianos’ (17.9 %), ‘angolanos’ (14.3 %), ‘chineses’ (10.7 %), ‘moçambicanos’ (10.7 %), ‘macaenses’ (8.9 %), ‘timorenses’ (8.9 %), ‘portugueses’ (5.4 %), ‘marroquinos’ (3.6 %), ‘alemães’ (1.8 %), ‘brasileiros’ (1.8 %), ‘espanhóis’ (1.8 %), ‘japoneses’ (1.8 %). Seguem-se as designações baseadas na ‘cor da pele’: ‘negros’ (37.5 %), ‘brancos’ (35.7 %), ‘amarelos’ (7.1 %), ‘pretos’ (5.4 %), e ‘vermelhos’ (3.6 %). Com menor expressão surgem as denominações ligadas à ‘religião’: ‘muçulmanos’ (14.3%), ‘judeus’ (10.7 %), ‘hindus’ (1.8 %), e ‘islâmicos’ (1.8 %).

Os grupos referidos pelos participantes são basicamente os mesmos em ambas as condições, variando apenas o seu posicionamento relativo. Como podemos constatar na

Tabela 6, na condição ‘grupo étnico’ predominam as designações baseadas na origem nacional ou geográfica (100% dos participantes), seguindo-se as designações baseadas na religião (46.4%) e por último na cor da pele (21.4%). Em contrapartida na condição ‘raça’

predominam as designações baseadas na cor da pele (85.7%), seguindo-se as designações baseadas na origem nacional ou geográfica (75%), e por último as baseadas na religião (3.6%).

Tabela 6 - Frequências relativas das categorias de *grupos étnicos* e *raças* referidos pelos participantes

| Grupo étnico (N=28) | % | Raça (N=28) | % |
|-------------------------------|------|-------------------------------|------|
| Origem nacional ou geográfica | 100 | Cor da pele | 85.7 |
| Religião | 46.4 | Origem nacional ou geográfica | 75.7 |
| Cor da pele | 21.4 | Religião | 3.6 |

Auto-categorização dos participantes

Finalmente, os participantes eram questionados sobre a sua pertença aos ‘grupos étnicos’ ou ‘raças’ anteriormente referidos. Nesta questão verifica-se uma diferença significativa no modo de resposta em função da condição ‘grupo étnico’ ou ‘raça’ ($\chi^2 = 19.636$, $p < 0.001$). Como se pode constatar na Tabela 7, na condição ‘grupo étnico’ a resposta predominante foi o ‘não’ (67.9 %) enquanto que na condição ‘raça’ a resposta dominante foi ‘sim’ (85.7%). Verifica-se aqui uma assimetria nos processos de etnicização e racialização: a etnicidade é conceptualizada como algo específico das minorias enquanto que a noção de raça é aplicada também às maiorias.

Tabela 7 - Frequências relativas das auto-categorizações dos participantes

| Grupo étnico (N=28) | % | Raça (N=28) | % |
|---------------------|------|--------------|------|
| Não | 67.9 | Sim | 85.7 |
| Sim | 28.6 | Não | 10.7 |
| Não resposta | 3.6 | Não resposta | 3.6 |

Nota: $\chi^2 = 19.636$, $p < 0.001$

Na Tabela 8 podemos observar o tipo de auto-categorizações efectuadas pelos participantes em função da condição de resposta. Na condição ‘grupo étnico’ apenas 28.6 % dos participantes referiram pertencer a um grupo étnico: ‘brancos’ (17.9 %); ‘portugueses’ (7.1 %); e ‘ocidentais’ (3.6 %). Em contrapartida na condição ‘raça’ a resposta dominante foi

‘sim’ (85.7%): ‘brancos’ (64.3 %); ‘europeus’ (7.1 %); ‘portugueses’ (7.1 %); ‘ibéricos’ (3.6 %); ‘lusitanos’ (3.6 %).

Tabela 8 - Frequências relativas dos grupos étnicos e raças referidos nas auto-categorizações dos participantes

| Grupo étnico (N=28) | % | Raça (N=28) | % |
|---------------------|------|-------------|------|
| Branco | 17.9 | Branco | 64.3 |
| Portugueses | 7.1 | Europeus | 7.1 |
| Ocidentais | 3.6 | Portugueses | 7.1 |
| Total | 28.6 | Ibéricos | 3.6 |
| | | Lusitanos | 3.6 |
| | | Total | 85.7 |

Discussão

Tendo em conta que este estudo foi realizado no *Ano Europeu Contra o Racismo*, esperávamos encontrar reacções fortes por parte dos estudantes a este estudo, sobretudo na condição ‘raça’, mas tal não aconteceu. Os estudantes não questionaram os conceitos ‘raça’ ou ‘grupo étnico’, encarando de forma muito natural que alguém (que não era seu docente) lhes perguntasse o que era uma raça e quais as raças existentes em Portugal. No *debriefing* do estudo constatámos que a maior parte dos estudantes nunca tinha problematizado estes conceitos, considerando ‘raça’ e ‘grupo étnico’ como conceitos objectivos e explicativos das assimetrias sociais.

Os resultados deste estudo estão em consonância com os resultados de outros estudos contemporâneos realizados sobre esta problemática, embora recorrendo a outro tipo de questões (Vala, Lopes e Brito, 1999). Essencialmente, verifica-se que os estudantes não distinguem ‘grupo étnico’ de ‘raça’. As características culturais amplamente referidas como definidoras dos ‘grupos étnicos’ são consideradas inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade. Os ‘grupos étnicos’ são vistos como possuindo características intrínsecas, muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante, imutáveis e, como tal, justificativas do seu estatuto e das assimetrias de poder.

Em ambas as condições, as repostas dos participantes apontam para uma essencialização das categorias sociais que são vistas como mutuamente exclusivas e inalteráveis (Rothbart e Taylor, 1992). Apesar do conteúdo das respostas dos participantes remeter claramente para a

naturalização das ‘raças’ e dos ‘grupos étnicos’, verifica-se uma certa assimetria de significado destes dois termos: o ‘grupo étnico’ é visto como uma minoria emersa numa maioria, ou seja, como algo ‘transitório’ que resulta das trajectórias de migração dos grupos enquanto que o termo ‘raça’ remete mais claramente para a imutabilidade de uma pertença social.

Da análise de conteúdo das respostas dos participantes ressalta a centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais. Verifica-se a predominância de traços físicos nas definições de ‘raça’, mas estes estão também significativamente presentes nas definições de ‘grupo étnico’. Esta centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais é especialmente evidente nas designações de grupos fornecidas pelos participantes. Embora predominem designações baseadas na nacionalidade, o que poderá dever-se ao seu carácter normativo, estas são sistematicamente associadas a designações baseadas na cor da pele.

As auto-categorizações dos participantes foram significativamente mais frequentes na condição ‘raça’ do que na condição ‘grupo étnico’, o que mais uma vez demonstra que a ‘raça’ constitui um elemento central da categorização social para os participantes. Estes resultados vão ao encontro dos encontrados por outros autores, recorrendo a outro tipo de metodologias, segundo os quais a categorização racial é extremamente saliente, altamente acessível e difícil de suprimir (e.g., Devine, 1989; Fiske e Neuberg, 1990; Messick e Mackie, 1989).

A acessibilidade das categorias raciais e o seu valor explicativo da realidade social demonstra que, apesar das tipologias raciais terem sido abolidas da ciência há largas décadas (UNESCO, 1960/1973), continuam a estruturar o pensamento do senso comum. As campanhas de sensibilização da opinião pública para a problemática do racismo, tendo insistido na ilegitimidade da discriminação a partir da ‘cor da pele’, tiveram como resultado uma maior prudência no discurso relativamente às categorias *raciais* mas não relativamente às categoriais *étnicas*: alguns participantes mencionaram nas suas respostas que as diferenças biológicas não deveriam conduzir à discriminação social, mas o mesmo não aconteceu relativamente às diferenças culturais. Constatamos, assim, que a herança do pensamento racista continua presente, embora se verifique uma metamorfose ao nível da expressão pública da discriminação racial.

Esta mudança, característica das sociedades contemporâneas, parece corresponder à apropriação pelo senso comum de categorias ‘científicas’ que se tornaram acessíveis com a difusão e acessibilidade da ‘ciência’ a partir do meio do século XX (Moscovici, 1998). Esta

apropriação segue, todavia, uma ‘lógica’ de perpetuação das desigualdades sociais que confortam a posição privilegiada dos membros dos grupos dominantes.

Referências

- Allport, G. W. (1954/1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e Racismo - Dois exemplos de exclusão do ‘Outro’. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 79-88). Porto: S.P.A.E.
- Banton, M. (1996). Race – as a classification. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4th Ed., pp.294-296). Londres: Routledge.
- Bracinha-Vieira, A. (1995). Racismo e teoria. *Ethnologia*, 3/4, 23-38.
- Corneille, O., e Leyens, J.-Ph. (1994). Catégories, catégorisation social et essentialisme psychologique. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 41-68). Liège: Mardaga.
- Cunha, M. (2000). A natureza da ‘raça’. *Sociedade e Cultura 2. Cadernos do Noroeste*, 13, 191-203.
- Devine, P. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Fiske, S. T., e Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: influence of information and motivation on attention and interpretation. In M. Zanna (Ed.) *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 23, pp. 1-74). San Diego: Academic Press.
- Gould, S. J. (1981/1990). *O Polegar do Panda: Reflexões sobre a História Natural*. Lisboa: Gradiva.
- Guillaumin, C. (1992). *Sexe, Race et Pratique du Pouvoir: L’idée de Nature*. Paris: Côté-femmes.
- Lima, M. (2002). *Racismo e naturalização das diferenças: uma análise em termos de categorização social e das representações sociais acerca de grupos minoritários*. Lisboa: ISCTE. Artigo não publicado.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groups dominés. Images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Messick, D. M., e Mackie, D. M. (1989). Intergroup relations. *Annual Review of Psychology* (Vol. 40, pp. 45-81). Palo Alto: Annual Review.

- Miles, R. (1989/1995). *Racism*. Nova Iorque: Routledge.
- Montagu, A. (1997). *Man's Most Dangerous Myth - The Fallacy of Race* (6.^a ed.). Londres: Sage.
- Moscovici, S. (1972/1977). *A sociedade contranatura*. Amadora: Bertrand.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr e S. Moscovici (Eds.). *Social Representations* (pp.3-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Flick (Ed.). *The Psychology of the social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- Park, B., e Rothbart, M. (1982). Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of in-group and out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051-1068.
- Pettigrew, T. F., Allport, G. W., e Barnet, E. O. (1958). Binocular resolution and perception of race in South Africa. *British Journal of Psychology*, 49, 265-278.
- Richards, G. (1997). 'Race', *Racism and Psychology: Towards a reflexive history*. Nova Iorque: Routledge.
- Rothbart, M., e Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. R. Semin, e K. Fiedler (Eds.). *Language, interaction, and social cognition*. Londres: Sage.
- Segall, M. H. (1999). Why is there still racism if there is no such thing as 'race'? In W. J. Lonner, D. L. Dinnel, D. K. Forgays, e S. A. Hayes (Eds.). *Merging past, present, and future in cross-cultural psychology. Selected papers from the Fourteenth International Congress of the International Association for Cross-Cultural Psychology* (pp. 14-26). Lisse: Swets & Zeitlinger.
- Silva, M, Reis, F., Silva, J. A., e Meneses, I. (Org.). (1997). *O que é a Raça? Um debate entre Antropologia e Biologia*. Lisboa: Oikos.
- Sousa Santos, B. (1991). Ciência. In M. M. Carrilho (Org.). *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Taguieff, P.-A. (1992/1995). O anti-racismo em crise: elementos de uma crítica reformista. In M. Wieviorka (Org.). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Taguieff, P.-A. (1997). *Le racisme. Un exposé pour comprendre. Un essai pour réfléchir*. Paris: Flammarion.
- Tajfel, H. (1957). Value and the perceptual judgement of magnitude. *Psychological Review*, 64, 192-204.

- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale* (vol. I, pp. 272-302). Paris: Larousse Université.
- Tonkin, E., McDonald, M., e Chapman, M. (1989). *History and Ethnicity*. Londres: Routledge.
- UNESCO (1960/1973). *Le racism devant la science*. Paris: Gallimard.
- Vala, J., Lopes, D., e Brito, R. (1999). A construção social da diferença: Racialização e etnização das minorias. In J. Vala (Org.). *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 145-167). Oeiras: Celta.
- Wieviorka, M. (Org.) (1992/1995). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand.